

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 713.130 - RN (2015/0114382-0)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : **UNIÃO**
AGRAVADO : **MUNICÍPIO DE NATAL**
PROCURADOR : **SUZANA CECÍLIA CÔRTEZ DE ARAÚJO E SILVA E OUTRO(S) - RN009501B**

DECISÃO

Trata-se de agravo da UNIÃO, em que objetiva admissão de recurso especial interposto contra acórdão do TRF da 5ª Região assim ementado:

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA TLP. MUNICÍPIO DE NATAL: LEI Nº 3.882/89. BASE DE CÁLCULO DO IPTU. VALIDADE DA COBRANÇA. JUROS DE MORA. LEGALIDADE.

1. Não há qualquer ilegalidade a utilização da área construída ou não do bem imóvel identificada para o cálculo do IPTU como base de incidência da TLP.
2. A modificação do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 pela Lei nº 11.960/09 foi declarada inconstitucional pelo STF, permanecendo os juros de mora de 0,5% ao mês, mas que. não são aplicáveis aos créditos tributários, onde prevalece 1%, conforme o art. 161, § 1º do CTN até a instituição da Taxa SELIC.
3. Apelação não provida.

Opostos embargos de declaração, foram providos para sanar omissão apontada, sem efeitos infringentes.

No especial, a parte alega violação dos arts. 267, 586, 618, I, 535, II e 741, II, do CPC/1973, dos arts. 77, 79, 174 e 97 do CTN e do art. 5º da Lei 11.960/2009.

Contrarrazões apresentadas às e-STJ fls. 240/257.

O Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial por entender que a matéria *sub examine* foi apreciada no REsp 1.114.780-SC, submetido ao rito do art. 543-C do CPC/1973 (e-STJ fls. 272/273).

Irresignada, a ora agravante interpôs, conjuntamente, agravo em recurso especial e agravo regimental (e-STJ fls. 278/289 e 297/305, respectivamente).

O Tribunal *a quo* negou provimento ao agravo regimental (e-STJ fls. 320/327).

Passo a decidir.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo 2).

Feita essa consideração, observa-se que o recurso especial inadmitido decorre de embargos à execução julgados improcedentes, propostos pela União Federal, que objetivou a extinção da Execução Fiscal n. 0000407-74.2005.4.05.8400.

Irresignada, a ora recorrente apelou ao Tribunal *a quo*, alegando: (i) a nulidade do título executivo fiscal, em razão da ausência de indicação da área construída (base de cálculo) sobre a qual incidiria a exação; (ii) o excesso de execução pela mesma razão; (iii) os juros de mora, conforme o art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a nova redação dada pela Lei 11.960/09.

O Tribunal de origem negou seguimento a apelação interposta por concluir que (e-STJ fls. 144/149):

1. conforme se extrai do presente recurso, a matéria devolvida a esta Corte restringe-se à análise da execução fiscal de Taxa de Limpeza Pública - TLP, cobrada pelo Município de Natal nos termos da Lei nº 3.882/89.

2. A sentença recorrida não merece reparos. Trago, aqui, a fundamentação da mesma como motivação deste votos, na medida em que o juízo *a quo* demonstrou, com propriedade, as razões pelas quais é válida a cobrança:

Trata-se de ação de embargos à execução propostos por UNIÃO FEDERAL em face do MUNICÍPIO DE NATAL, por meio dos quais pretende a extinção da Execução Fiscal nº 0000407-74.2005.4.05.8400.

Alega nulidade do título em face de a certidão de dívida ativa e do termo de inscrição não cumprirem as disposições legais, não indicando a área utilizada para calcular a Taxa de Limpeza.

Suscita, ainda, excesso da execução, decorrentes de equívoco na atribuição das áreas dos terrenos e construções, bem como pela aplicação de juros moratórios de 1% ao mês, quando devidos apenas 0,5% ao mês nos termos do artigo 1º-F da Lei nº 9.494/ 97.

Intimado, o exequente apresentou impugnação refutando os argumentos da petição inicial (fls. 50/ 63).

Às fls. 75, noticiou-se a interposição de agravo de instrumento.

Fundamento e decidido.

Julgo a lide nos termos do artigo 330, I, do Código de Processo Civil, por inexistir necessidade de produção de provas em audiência.

Com relação à alegação de nulidade da certidão da dívida ativa, tenho que não procede, pois a certidão trazida aos autos atende a todos os requisitos do artigo 2º, §5º, da Lei nº 6.830/80. Registre-se que a indicação da área não é elemento necessário na CDA, devendo, no entanto, constar do documento de lançamento tributário; e que o número do processo administrativo não é necessário quando o lançamento decorrer de lançamento de ofício que prescindiu de processo administrativo.

Por outro lado, não procede a alegação de erro na atribuição das áreas dos terrenos e das construções.

Suscitada apenas com base em mera presunção, a alegação não se sustentou quando trazidos aos autos documentos indicativos das áreas consideradas e da forma do cálculo (fls. 73/74), não tendo a União, então, reiterado a alegação fundamentadamente. Consigne-se que os documentos trazidos aos autos posibilitaram o mais amplo direito de defesa ao embargante.

Por fim, o artigo 1º-F da Lei 9.494/ 97, na sua redação original, não se refere à aplicação de juros incidentes sobre tributos em atraso, mas apenas às "condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos", de

forma que os juros devidos são os de 1% fixados no Código Tributário do Município de Natal.

Posto isso, julgo IMPROCEDENTE o pedido formulado _nos presentes embargos. ' Atendendo aos critérios de eqUidade, natureza e complexidade da causa, condeno a parte sucumben te ao pagamento de honorários àdvocatícios na quantia equivalente a 5% sobre o valor da execução, nos termos do artigo 20, §4.º, CPC.

Oficie-se o relator a quem fora distribuído o agravo de instrumento interposto pela) embargante acerca da prolação da presente sentença.

Traslade:se cópia da sentença para os autos da execução.

Publique-se, registre-se, intímim-se.

3. Com efeito, não há qualquer ilegalidade a utilização da área construída ou não do imóvel identificada para o cálculo do IPTU como base de incidência da TLP, como na hipótese dos presentes autos.

4. Neste sentido, a título de ilustração, colacionam-se os seguintes precedentes:

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA. LEGALIDADE. COBRANÇA AO INSS. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE IMUNIDADE. FATO GERADOR. SERVIÇO PÚBLICO ESPECÍFICO E DIVISÍVEL.

1. Cobrança de IPTU dos anos de 1989 a 2000. Débito inscrito em 13/10/2001 e execução ajuizada em 15/09/2003. Inocorrência de decadência ou de prescrição.

2. "Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não se justifica o acolhimento dá prescrição ou decadência". Inteligência da Súmula 106/STJ.

3. Os documentos acostados às fls. 68/73 (ficha reduzida do imóvel no Sistema de Cadastro Imobiliário com atualização cadastral em 18/02/2010), demonstram que o imóvel alvo da cobrança da TLP é de propriedade do INSS, não tendo que se falar em ilegitimidade passiva da referida Autarquia.

4. A regra insculpida no artigo 150, VI, "a", da Constituição Federal, que trata sobre a imunidade recíproca, refere-se apenas a impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, e não a taxas, como no caso dos autos. Inexistência do direito à imunidade.

5. O fato gerador da taxa é a prestação de serviço público específico e divisível, cuja utilização pelo contribuinte pode ser efetiva ou potencial.,

6. Na atual redação do art. 62, do Código Tributário Municipal do Recife, a Taxa de Limpeza Pública no Município de Recife tem como fato gerador a prestação dos serviços municipais de coleta e remoção de lixo. Como se extrai do precedente do STF (AI nº 456900), é legítima a cobrança quando referente apenas à coleta domiciliar. Inexistência de inconstitucionalidade.

7. É certo que a TLP considera a área construída ou a testada fictícia do imóvel (artigo 65, do CTM de Recife) como elemento do cálculo da TLP; todavia, tal é um indicativo do volume de lixo a ser produzido por cada contribuinte, caracterizando, assim, o caráter específico e divisível do serviço prestado.

8. O fato de ser utilizado, também, na apuração da base de cálculo do ,IPTU não torna inconstitucional a taxa, pois "O fato de um dos elementos utilizados na fixação da base de cálculo do IPTU ser considerado quando da determinação da alíquota da taxa de coleta de lixo não significa que ambos tenham a mesma base de cálculo"

(STF, RE 532940 AgR/ PR, 2ª Turma, rel. Ministro Eros Grau, julg. 24/06/2008). Apelação improvida. AC nº 525.244 -PE, Rel. Des. Elio Wanderley de Siqueira Filho - Convocado, julg. 25/07/13, 3ª T) [...]

5. Por fim, a modificação do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 pela Lei nº 11.960/09

Superior Tribunal de Justiça

foi declarada inconstitucional pelo STF, permanecendo os juros de mora de 0,5% ao mês, mas que não são aplicáveis aos créditos tributários, onde prevalece 1%, conforme o art. 161, § 1º do CTN até a instituição da Taxa SELIC.

6. Diante do exposto, nego provimento à apelação, mantendo a respeitável sentença.

7. É como voto.

Pois bem.

O presente agravo não merece prosperar.

Registre-se que o princípio da unirrecorribilidade veda a interposição de mais de um recurso pela mesma parte contra o mesmo ato judicial, razão pela qual não deve ser conhecido o presente agravo em recurso especial, ante a preclusão consumativa.

Ilustrativamente: EDcl no AgInt no REsp 1.717.399/AL, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, Segunda Turma, julgado em 05/02/2019, DJe 19/02/2019; AgRg no AREsp 324.019/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, Primeira Turma, julgado em 19/05/2015, DJe 01/06/2015.

Ademais, não cabe agravo em recurso especial contra a decisão que inadmite o apelo extremo com fundamento no art. 543-C, § 7º, I, do CPC/1973, hipótese em que deveria ter sido apresentado agravo interno apenas. Nesse sentido:

QUESTÃO DE ORDEM. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CABIMENTO. EXEGESE DOS ARTS. 543 E 544 DO CPC. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. Não cabe agravo de instrumento contra decisão que nega seguimento a recurso especial com base no art. 543, parág. 7º, inciso I, do CPC.

2. Agravo não conhecido.

(QO no Ag 1.154.599/SP, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, DJe 12.5.2011).

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial (art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator